


Escolaridade e trabalho: juventude e desigualdades

Maria Inês Caetano Ferreira


Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8652-235X>

inesferreira@ufrb.edu.br

André Silva Pomponet

Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil

 <https://orcid.org/0000-0001-8598-5854>

andrepomponet@hotmail.com

Introdução

Este artigo¹ discute dados da pesquisa de amostragem do IBGE sobre a escolaridade e as formas de inserção de jovens no mercado de trabalho entre os anos de 2006 e 2013. Esses dados apresentados permitem reconhecer processos que impulsionam a continuidade da desigualdade socioeconômica que caracteriza o país. Essa desigualdade se desnuda, entre outros modos, pela inserção precária dos jovens de

1. Duas primeiras versões do artigo foram apresentadas no VIII Congreso Latinoamericano de Sociología del Trabajo, Buenos Aires, Argentina, 2016 e no XXI Congreso ALAS, Montevideo, Uruguai, 2017.

menor renda, dos pretos e pardos e das jovens mulheres no mercado de trabalho.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), em 2017, 1% dos trabalhadores com maiores rendimentos recebia, mensalmente, R\$ 27.213,00. Em contraste, a remuneração da metade mais pobre era de R\$ 754 mensais. Estes últimos recebiam 36,1 vezes menos do que os mais ricos. O grupo dos 10% com maiores rendimentos detinham 43,3% da massa dos rendimentos do país; em contraposição, os 10% com menores rendimentos detinham apenas 0,7% dessa massa.

A renda do trabalho é uma das variáveis que explica a profunda desigualdade social que caracteriza o Brasil. A escolaridade pode ser apontada como um dos elementos dessa desigualdade, isso porque uma pequena diferença nos anos de estudo costuma impactar expressivamente na remuneração dos trabalhadores. Esse quadro de assimetria se agrava em períodos de precariedade das relações de trabalho, como no final dessa segunda década do século XXI. Pois, como esclarecem os dados do IBGE, em 2018, havia cerca de 13 milhões de desempregados no país. Vale destacar que alguns grupos sofrem mais do que outros com a crise no mercado de trabalho, como se constata por meio da dessemelhança nas taxas de desemprego no período citado. Se a taxa geral de desemprego no país era de 12,4%, o índice específico para o grupo de jovens entre 18 e 24 anos o índice era de 26,6%. O índice era ainda maior no grupo de jovens entre 14 a 17 anos (42,7%). Ou seja, quanto mais jovem, mais suscetível ao desemprego. A taxa de desemprego das mulheres (51%) superava a dos homens (49%) e a dos pretos (15%) e pardos (14,4%) era mais elevada do que a dos brancos (9,9%). Destaque-se que a taxa dos brancos era inferior

à média dos desempregados no Brasil (12,4%).

Barros e Mendonça (1995) destacam que a maior fragilidade de alguns grupos se explica pela diferente forma de alocação da força de trabalho, a qual não se justifica somente por diferenças na produtividade do trabalhador. Isso porque se podem constatar desigualdades de rendimentos entre trabalhadores com igual capacidade produtiva. A discriminação contra características adscritas explica o fato de trabalhadores com igual escolaridade receberem rendimentos diferentes. Segundo Campante et. al (2004), discriminações externas ao mercado de trabalho engendram condições mais vulneráveis para trabalhadores de grupos que são discriminados.

Este artigo apresenta dados que revelam desigualdades nas oportunidades para indivíduos de determinados grupos de jovens elevarem a sua produtividade por meio da educação. Isso porque as taxas referentes aos anos de escolaridade e aos níveis de ensino são distintas para os diferentes grupos de jovens. Esse contraste resulta em discrepâncias entre os rendimentos dos grupos de jovens trabalhadores. Além disso, os dados também revelam que as desigualdades não se esgotam na capacidade produtiva dos indivíduos, pois grupos com igual – ou superior – capacidade estão sujeitos a formas mais precárias de inclusão no mercado de trabalho do que outros. As discrepâncias nas formas de inserção no mercado de trabalho e nas oportunidades de educação são evidenciadas por meio do cruzamento das informações referentes a quatro marcadores, a saber: idade, sexo, cor e renda.

O estudo apresenta dados de 2006 a 2013, um período especial porque, no seu início, flagra os reflexos de raro período positivo da economia do país, com alta inclusão no mercado formal de trabalho, baixa taxa de desemprego e elevação real do valor dos rendimentos. No final desse período, já se expressam os primeiros sinais de esgota-

mento do modelo de crescimento adotado. Vale apontar que o privilégio da análise de características das relações de trabalho nesse curto período positivo da economia brasileira se correlaciona mais com a possibilidade de descortinar a reincidência de um modelo econômico fundamentado na exclusão e na desigualdade do que na averiguação de novidades de um período mais inclusivo no país. Na realidade, o estudo do período de 2006 a 2013 esclarece um modelo arraigado, ancorado na desigualdade da exploração da força de trabalho, em vez de indicar prováveis alterações inclusivas a favor de minorias. Portanto, mais do que analisar anos passados, os dados aqui discutidos permitem apreender o presente.

A metodologia adotada foi a análise de dados secundários dos modos de inclusão no mercado de trabalho e da escola de jovens, produzidos por estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Organização Internacional do Trabalho (OIT) (COSTA, 2015; COURSEUIL; FRANCA, 2015), a partir de resultados da PNAD, do IBGE. Nos dados analisados, os jovens estão divididos em faixas etárias, a saber: 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 a 29 anos. Essa disposição padrão busca apreender características comuns a cada etapa da juventude, considerando que os mais jovens estão sujeitos à maior vulnerabilidade no mercado de trabalho, enquanto os jovens adultos têm melhor forma de inserção, em virtude de já terem mais anos de estudo e conquistado maior qualificação.

O artigo está organizado em três seções, além desta apresentação. Na primeira seção, são apresentados e discutidos dados referentes à escolaridade dos jovens; na segunda, são introduzidas e debatidas as informações sobre modos de inserção de jovens no mercado de trabalho. Na terceira, apresenta-se conclusão dos resultados da pesquisa.

Inclusão escolar: delimitando a expansão

O acesso das famílias trabalhadoras à escola foi marcado por obstáculos durante muitas décadas. Isso é o que Comin (2015) demonstra em sua pesquisa sobre as formas de inserção ocupacional durante o processo de urbanização do país. Nesse período, os migrantes rurais foram inseridos de forma precária no mercado de trabalho dos grandes centros urbanos em virtude da nenhuma ou pouca escolaridade, entre outros motivos.

Algumas vertentes teóricas defendem a elevação da escolaridade como forma de diminuir a desigualdade de rendimentos dos trabalhadores. No período do bônus demográfico no Brasil – entre a metade da década de 80 e início do século XXI – Madeira (2006) pleiteou mais investimentos públicos para a expansão do ensino médio porque essa fase da escolaridade resultaria em efeitos positivos diretos e indiretos para o país. Segundo essa autora, o efeito direto seria o incremento da qualificação do trabalhador, favorecendo a absorção da tecnologia, com consequente elevação da produtividade da economia. O efeito indireto seria a queda na desigualdade de renda.

As oportunidades de acesso à educação básica no Brasil só foram estendidas a partir da década de 90. Ferreira (2016) esclarece que, com a implantação do Fundo Nacional da Educação Fundamental – FUNDEF – o governo federal – junto com estados e municípios – atuou na universalização do ensino fundamental. Essa autora informa que a universalização se deu por meio da criação de vagas e também pela correção do fluxo escolar, substituindo o modelo anterior de reprovação pela aprovação automática de estudantes. Na primeira metade do século XXI foi dado prosseguimento no alargamento da oferta de vagas na escola pública com a integração do ensino médio na educa-

ção básica. Essa integração impactou na elevação de anos de estudo dos jovens brasileiros. Esse fato é exibido nos resultados do estudo do IPEA/OIT (COSTA, 2015), a partir de dados do IBGE, apresentados na tabela abaixo.

Tabela 1: Anos de estudo de jovens, por faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	2006	2013
15-17 anos	7,26	7,73
18-24 anos	9,07	9,83
25-29 anos	8,80	10,6

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

A tabela esclarece a elevação dos anos de escolaridade dos jovens em geral, principalmente para aqueles na faixa de 25 a 29 anos. Nesse período, o governo brasileiro desenvolveu políticas de inclusão social, muitas das quais voltadas para ampliar oportunidades de escolaridade.

Apesar da evolução positiva ao longo dos sete anos contemplados na tabela acima, verifica-se que a média das três faixas etárias foi inferior a 12 anos, período mínimo requerido para a conclusão do ensino básico no país naquela época. Ou seja, a média dos jovens brasileiros não concluiu o Ensino Médio. A taxa da faixa de 15 a 17 anos, especificamente, expõe o fato de que a média desses jovens não concluiu nem mesmo o Ensino Fundamental, o qual requeria nove anos desde o ingresso na escola até a sua finalização. Desse modo, conclui-se que as ações governamentais para inclusão escolar foram insuficientes para que a maioria dos jovens brasileiros pudesse finalizar os estudos básicos.

A Tabela 2 permite observar movimentos relativos às duas faixas

Tabela 2: Evolução da proporção de jovens com ensino médio completo e ensino superior completo, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	Faixa etária 18 a 24 anos		Faixa etária 25 a 29 anos	
	2006	2013	2006	2013
Ensino Médio	44,6	55,2	48,9	61,5
Ensino Superior	2,1	3,9	9,3	14,6

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

mais velhas dos jovens, indicando elevação na conclusão da etapa do Ensino Médio. Contudo, os dados sobre o Ensino Superior surgem como destaque, já que houve incremento próximo a 57% para a conclusão na última faixa etária, ao longo desses sete anos. A elevação de casos de conclusão do Ensino Superior parece positiva, mas traz consigo a realidade de que menos de 15% dos jovens entre 25 a 29 anos no Brasil portavam diploma dessa etapa de ensino. Em suma, a oportunidade de frequentar o Ensino Superior no país seguiu sendo exclusividade para muito poucos brasileiros.

Quando se parte para a análise dos números com recorte de sexo, percebe-se que as mulheres apresentam desempenho mais elevado do que os homens, em todas as faixas etárias e em todos os níveis de ensino, como informa a Tabela 3.

Os dados da Tabela 3 mostram que houve incremento nos anos de estudo de ambos os sexos, mas as mulheres investiram mais do que os homens no aprimoramento escolar.

A próxima tabela detalha a distribuição da evolução de ambos os sexos especificamente nas etapas do Ensino Médio e superior, de acordo com as faixas etárias.

Tabela 3: Evolução dos anos de escolaridade, por sexo e faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	2006		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
15 a 17 anos	6,97	7,55	7,45	8,02
18 a 24 anos	8,72	9,42	9,42	10,24
25 a 29 anos	8,45	9,14	9,68	10,42

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Tabela 4: Evolução da proporção de jovens com Ensino Médio e Ensino Superior, por sexo e faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %

	Faixa etária 18 a 24 anos			
	Homens		Mulheres	
	2006	2013	2006	2013
	Ensino Médio	41,5	49,4	51,7
Ensino Superior	45,1	56,5	52,0	66,2
	Faixa etária 25 a 29 anos			
	Homens		Mulheres	
	2006	2013	2006	2013
	Ensino Médio	1,6	2,9	2,6
Ensino Superior	7,7	12,1	10,9	16,9

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados explicam as razões para – na tabela anterior – os anos de escolaridade das mulheres superarem a os dos homens, pois a proporção de mulheres que finalizam o Ensino Médio e Superior é superior à dos homens nas duas faixas. Destaque-se que a variação da evolução entre os anos foi maior para mulheres do que para homens.

Uma abordagem fundamental para entender as desigualdades na

sociedade brasileira – e, com um recorte mais específico, no mercado de trabalho – relaciona-se ao marcador cor e raça. Na tabela abaixo, referente a anos de escolaridade de jovens segundo cor/raça, podem-se constatar desigualdades em todas as faixas etárias.

Tabela 5: Evolução dos anos de estudos, por cor/raça e faixa etária Brasil, 2006 e 2013.

	2006		2013	
	Branços	Pretos e Pardos	Branços	Pretos e Pardos
15 a 17 anos	7,80	6,79	8,16	7,43
18 a 24 anos	9,90	8,30	10,47	9,32
25 a 29 anos	9,83	7,80	11,01	9,29

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da tabela indicam que os brancos tinham mais anos de escolaridade do que pretos e pardos, destacando que a distância entre os dois grupos aumentou era maior na última faixa etária. Ou seja, com o avanço da idade, os brancos se mantiveram estudando com o avanço da idade, enquanto os pretos e pardos interromperam os estudos. Essas diferenças em relação aos anos de estudo se refletem no percentual dos jovens que conseguem concluir o Ensino Médio e o Superior, como informa a Tabela 6.

Pelos dados da Tabela 6, verifica-se evolução na proporção de brancos e pretos e pardos das duas faixas etárias mais velhas de jovens que concluíram o Ensino Médio e o Superior ao longo de sete anos. Entretanto, a informação mais contundente da tabela é a disparidade entre as desvantagens dos pretos e pardos em relação aos brancos. O pequeno progresso experimentado pelos pretos e pardos no período apontado é insuficiente para afetar a violenta desproporção de oportu-

Tabela 6: Evolução da proporção de jovens que concluíram o Ensino Médio e o Superior, por raça/cor e faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %

	Faixa etária 18 a 24 anos			
	2006		2013	
	Branco	Pretos Pardos	Branco	Pretos Pardos
Ensino Médio	58,7	35,4	65,4	47,1
Ensino Superior	35,4	0,8	47,1	2,2

	Faixa etária 25 a 29 anos			
	2006		2013	
	Branco	Pretos Pardos	Branco	Pretos Pardos
Ensino Médio	59,7	38,6	71,6	53,1
Ensino Superior	38,6	3,8	53,1	8,1

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

nidades educacionais entre brancos e não brancos no país.

No clássico estudo sobre raça e oportunidades educacionais, Hasenbalg e Valle Silva (1990) discutiram dados referentes a ingresso e desempenho de crianças e jovens brasileiros, segundo raça e renda, no sistema educacional durante a década de 1980. Os autores verificaram desigualdades de cor na fase de ingresso nas primeiras séries, com desvantagem para crianças pretas e pardas em relação às brancas. Além de as crianças brancas, em geral, ingressarem mais cedo na escola, esses autores constataram que a evolução delas era regular. Em contraste, as crianças pretas e pardas, em média, ingressavam na escola com mais idade, apresentavam trajetórias mais lentas e acidentadas. Por essa razão, as crianças e jovens brancos concluíam o ensino fundamental mais cedo, diferentemente dos pretos e pardos, que eram mais suscetíveis a abandonar a escola. Os dados da Tabela 6 indicam

que, após duas décadas, essas desigualdades não foram superadas.

A distância franqueada na Tabela 6 preocupa, sobretudo, ao se considerar que, em 2013, 50,7% da população brasileira se declarou preta e parda ao IBGE. Pretos e pardos correspondiam a pouco mais da metade da população brasileira. Os baixos índices de escolaridade dos pretos e pardos em relação aos brancos revelam que praticamente metade da população brasileira não tem acesso a investimentos na sua qualificação. Por esse motivo, esses grupos estão mais sujeitos a receberem menores rendimentos no mercado de trabalho. Tal movimento fortalece a perenidade de uma estrutura social marcada pela desigualdade e exclusão. As pequenas – mas significativas – vantagens na escolaridade de pretos e pardos, conferidas na Tabela 6, apontam a necessidade de ações vigorosas e prolongadas para uma reversão significativa no quadro de desigualdade racial de acesso à educação.

A Tabela 7 introduz dados para o marcador renda, os quais possibilitam melhor compreensão sobre o fenômeno da desigualdade no Brasil. As tabelas sobre o marcador renda se dividem em dois grupos, o 1º Quintil (20% com maiores rendimentos no país) e o 5º Quintil (20% com menores rendimentos).

Tabela 7: Anos de estudo segundo renda e faixa etária
Brasil, 2006 e 2013.

	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
15 a 17 anos	6,10	8,56	6,85	8,63
18 a 24 anos	6,65	11,55	7,89	11,34
25 a 29 anos	5,41	12,21	7,09	12,21

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 7 demonstram que a evolução dos indicadores de acesso à educação promoveu pouca alteração para o grupo de

jovens dos 20% com maiores rendimentos no Brasil. Isso porque os seus índices já eram suficientemente positivos em 2006. Merece destaque o fato de que, na faixa de 18 a 24 anos, ainda em 2006, a média dos anos de estudo do grupo com maiores rendimentos correspondia a praticamente o mínimo requerido para a conclusão da educação básica no país (doze anos). Em contraste, a média do grupo com menores rendimentos correspondia à metade disso (seis anos), indicando que a maioria desse grupo não concluiu a educação básica.

A distância se agravava nas faixas mais adultas. Em 2006, percebe-se que o índice de anos de estudo dos jovens com maiores rendimentos nas duas últimas faixas etárias era duas vezes superior ao dos jovens com menores rendimentos. Essa diferença diminuiu de forma excessivamente incremental em 2013, mas foi insuficiente para ultrapassar a desigualdade social. A tabela 8 detalha as desigualdades segundo etapa de ensino.

Os dados da Tabela 8 anunciam a violenta desigualdade no acesso à escola entre jovens com maiores e menores rendimentos. Em relação à etapa do Ensino Superior, o grupo dos com maiores rendimentos tiveram uma pequena evolução. Entre os com menores rendimentos, apenas uma parcela residual alcançou essa etapa de ensino. Segundo o registro na Tabela 8, pode-se concluir que, no Brasil, o acesso ao Ensino Superior não está franqueado aos mais pobres.

Mais inquietantes são os dados sobre o Ensino Médio, etapa do ensino básico. Praticamente a maioria dos estudantes com maiores rendimentos completam essa etapa. Em contraste, é mínima a parcela daqueles com menores rendimentos que concluem o Ensino Médio. Em 2013, apesar da evolução dos índices, pouco mais de um quarto da população com menor rendimento, nas duas faixas etárias estudadas,

Tabela 8: Proporção de jovens que completaram Ensino Médio e Ensino Superior, por renda, segundo faixa etária, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	Faixa etária 18 a 24 anos			
	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
Ensino Médio	15,5	83,3	25,9	78,4
Ensino Superior	0,1	8,2	0,3	10,0

	Faixa etária 25 a 29 anos			
	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
Ensino Médio	14,3	86,3	26,3	85,3
Ensino Superior	0,3	31,9	1,2	33,0

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

conseguiram concluir o ensino básico.

Na pesquisa de Hasenbalg e Valle Silva (1990), citada acima, os autores cruzaram informações para grupos de cor com a renda per capita das famílias. Os resultados manifestaram as vantagens das crianças e jovens com melhor renda familiar no ingresso precoce e na velocidade da progressão dentro da escola na década de 1980. Em contraposição, entre as crianças com menor renda, poucas concluíam a primeira etapa do Ensino Fundamental. Os autores ainda destacaram que, inclusive entre as crianças mais pobres, as pretas e pardas enfrentavam mais desvantagens para concluir a, então, 8ª série primária.

As conclusões de Hasenbalg e Valle Silva esclarecem conexões entre as desigualdades educacionais segundo renda com a questão racial. Nessa mesma direção, Andrade e Dachs (2007) estudaram o acesso à educação por faixa etária (de 7 a 24 anos) segundo renda e raça/cor

para o ano de 2003. Andrade e Dachs apuraram que o principal determinante para o acesso à educação e a progressão dentro de padrões adequados – ou seja, na idade previsível – é a renda familiar. Eles sublinham o efeito acumulativo entre atraso e evasão escolar nas camadas de menor renda. Embora acentuem o efeito da renda na probabilidade de êxito na progressão escolar, Andrade e Dachs também apontam a cor como fator vinculado a desigualdades na progressão escolar. De fato, eles afirmam haver sinergismo entre renda e cor da pele em relação à progressão escolar. Segundo esses autores, a desigualdade de renda e cor se eleva ao longo das faixas etárias e das etapas escolares. Desse modo, os autores explicam que, na faixa de 7 a 10 anos, as discrepâncias entre acesso e progressão entre os diferentes níveis de renda e brancos e não brancos são pequenas. Elas aumentam na faixa de 10 a 14 anos e, na de 18 a 24 anos, a desigualdade na progressão escolar atinge condições de profunda disparidade.

Valverde e Stocco (2009) se debruçaram sobre as desigualdades raciais na educação e atestaram que a universalização do ensino básico foi insuficiente para cessar as desigualdades raciais. Particularmente, esses autores atentam para as experiências distintas de brancos e negros no interior do sistema escolar que provocam efeitos diferentes na permanência, progressão e desempenho sobre esses dois grupos. Aqui o destaque é para – em vez de questões sociais exteriores ao espaço escolar – elementos do próprio mundo da escola que provocam desigualdades nas trajetórias de brancos e negros.

Hirata (2014) discorre sobre o conceito de interseccionalidade, explicando tratar-se de proposta para se considerar as múltiplas fontes de identidade. Mais especificamente, o conceito parece chamar a atenção para a imprescindibilidade de se atentar para a complexidade envolvida nas identidades ao longo do processo de construção das desi-

gualdades sociais. Hirata explica que se trata de priorizar os modos de interação das diversas categorias (raça, sexo, idade etc.) na estruturação das desigualdades sociais. Os dados apresentados aqui, neste artigo, permitem reconhecer essa interseccionalidade entre renda, cor e sexo na composição de obstáculos que limitam as oportunidades dos grupos ao acesso e à progressão na educação. Essas limitações às oportunidades promovem impactos nas formas de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos rendimentos dos jovens trabalhadores, como é abordado na seção seguinte. O intrigante é verificar que, após um dos mais dos longos períodos de investimentos em projetos de inclusão educacional no país, as desigualdades entre brancos e não brancos e aqueles com maiores e menores rendimentos sofreram muito pouca alteração.

Mercado de trabalho: o sol não nasce igual para todos

Nesta seção são apresentados dados sobre desigualdade no acesso ao mercado de trabalho entre jovens, com destaque para os marcadores de gênero, raça e cor e renda. Os dados aqui apresentados são resultado de pesquisa produzida pelo escritório brasileiro da Organização Internacional do Trabalho (CORSEUIL; FRANCA, 2015).

De início, são introduzidos números gerais sobre a proporção de jovens que participavam do mercado de trabalho – ocupados ou desempregados – e a distribuição entre empregados e desempregados, desses que participavam.

A redução nos índices de desemprego dos jovens das duas últi-

Tabela 9: Distribuição da participação de jovens no mercado de trabalho, segundo as faixas etárias, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	Taxa de participação		Taxa de ocupação		Taxa desempre.	
	2006	2013	2006	2013	2006	2013
15-17 anos	35,9	26,4	26,7	19,6	25,6	25,8
18-24 anos	72,9	69,2	60,0	59,3	17,6	14,3
25-29 anos	81,1	80,3	73,0	73,5	10,1	8,5

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

mas faixas etárias é uma das expressões de um período positivo da economia. Ressalta-se que, apesar da diminuição da participação dos jovens no mercado, o desemprego diminuiu nessas faixas. Em suma, houve queda significativa na oportunidade de um jovem trabalhador ser demitido ou não encontrar trabalho.

Entretanto, a taxa de desemprego dos mais jovens – 15 a 17 anos – permaneceu elevada, pouco superior a um quarto dessa população. A expressiva taxa de desemprego dos mais jovens distingue a fragilidade desse grupo em relação aos mais velhos. Pois, considerando o período de 2013, a taxa de desemprego era muito pouco inferior à da participação, fato que indica que boa parte dos que buscam emprego, não conseguem empregar-se. Os trabalhadores mais jovens geralmente são de famílias de menor renda, dependentes da remuneração do trabalho e ao participarem do mercado, ingressam de forma vulnerável, sujeitos a relações precárias. Castro e Aquino (2008) estabelecem correlação entre a situação dos jovens no mercado de trabalho com a situação de suas famílias. Nesse caso, a alta taxa de desemprego dos jovens até 17 anos, explicam os autores, indica que essas famílias não têm condições de mantê-los na condição de só estudarem. A fragilidade da família demanda a participação do jovem no orçamento doméstico.

A informação de queda na participação dos jovens no mercado de trabalho em todas as faixas etárias, com destaque para aqueles entre 15 a 17 anos – é fato que suscita atenção na Tabela 9. Essa queda na participação só foi menor entre os jovens mais velhos, mas nas duas primeiras faixas, a retração foi significativa.

Baltar e Leoni (2015) explicam esse declínio em virtude da elevação do ganho real nos rendimentos do trabalho, que ampliou a renda das famílias. Com os melhores rendimentos dos pais e familiares mais velhos, alguns jovens puderam dedicar-se exclusivamente aos estudos, adiando o ingresso no mercado. Os argumentos de Corseuil et. al. (2018) seguem na direção de Baltar e Leoni (2015), admitindo que, em períodos de recessão, os jovens se lançam mais fortemente na busca de emprego. Isso porque os seus rendimentos fortaleceriam o orçamento familiar, provavelmente atrofiado.

Tabela 10: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo sexo, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		2013	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Taxa Participação	77,8	58,1	71,9	55,2
Taxa Ocupação	68,6	46,1	64,3	46,2
Taxa desemprego	11,8	20,6	10,5	16,3

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Como na Tabela anterior, a Tabela 10 evidencia queda na participação no mercado de trabalho em geral. Porém, ela expõe a menor participação feminina em relação à masculina. Em sua maioria, os jovens do sexo masculino buscavam trabalho ou estavam ocupados. Em oposição, pouco mais da metade das jovens estavam no mercado de trabalho.

A participação no mercado de trabalho se relaciona com a possibilidade de autonomia financeira. Os dados para o sexo masculino indicam que eles dispunham de mais oportunidades para essa autonomia do que as jovens mulheres.

A taxa de desemprego remete à desigualdade entre os sexos, na medida em que a taxa feminina é sempre superior à masculina. Portanto, os jovens do sexo masculino se empregavam e se mantinham no emprego com menos dificuldade do que as jovens trabalhadoras. Confere-se, pelos dados, maior fragilidade na forma de inserção das jovens no mercado de trabalho em relação aos jovens do sexo masculino.

Destaque-se que a vantagem masculina se contrapõe às melhores credenciais escolares das jovens trabalhadoras, já que os dados de educação não deixam dúvidas sobre a superioridade da escolaridade feminina em comparação à dos garotos.

Tabela 11: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo raça e cor, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		2013	
	Branco	Pretos/Pardos	Branco	Pretos/Pardos
Taxa Participação	69,2	66,6	65,9	61,6
Taxa Ocupação	59,3	55,3	58,7	52,5
Taxa desemprego	14,3	16,9	11,0	14,7

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Na Tabela 11, as desvantagens dos pretos e pardos em relação à forma de inserção no mercado de trabalho comparadas às dos brancos ficam óbvias. Houve queda na participação entre brancos e também entre pretos e pardos. A participação dos pretos e pardos foi inferior à dos brancos nos dois períodos estudados. Essa desvantagem

dos pretos e pardos sugere vulnerabilidade. Isso porque a participação se associa à possibilidade de obter rendimentos e, considerando os argumentos da interseccionalidade das identidades, acima apontados, parece plausível considerar a imprescindibilidade desses rendimentos para o grupo de pretos e pardos. Assim, é possível considerar que a desigualdade da taxa de participação de pretos e pardos em relação à dos brancos acomoda aspectos de vulnerabilidade e discriminação.

Outro aspecto que incita atenção é o fato de a taxa de desemprego dos pretos e pardos ser superior à de brancos. Os pretos e pardos participam menos do mercado de trabalho e, quando participam, estão mais sujeitos a não encontrem emprego do que os brancos e, quando encontram, estão mais suscetíveis a perderem esse emprego. Os jovens brancos, por sua vez, experimentam melhores condições de procurar emprego, conseguir empregar-se e, ainda, manter-se no emprego.

Tabela 12: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo rendimento, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		2013	
	1º Quintil	5º Quintil	1º Quintil	5º Quintil
Taxa Participação	53,8	72,8	37,7	75,4
Taxa Ocupação	38,8	66,5	22,0	71,4
Taxa desemprego	27,9	8,7	41,7	5,2

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 12 patenteiam a profunda desigualdade nas formas de inserção no mercado de trabalho. Apesar do período positivo da economia, os trabalhadores jovens com menores rendimentos enfrentavam condições bastante adversas em relação aos jovens do grupo de 20% com maiores rendimentos. A taxa de participação dos jovens do 1º Quintil era bem inferior ao dos jovens do 5º Quintil,

agravando-se em 2013.

Verifica-se que a taxa de desemprego dos jovens do 1º Quintil (41,7%) é superior às taxas de participação (37,7%) e de ocupação (22,0%). Esses números traduzem de modo exemplar a desigualdade histórica do Brasil. Nem mesmo nesse período de bonança econômica os 20% com menores rendimentos experimentam condição menos negativa no mercado de trabalho. Para os 20% com maiores rendimentos, ao contrário, a prosperidade econômica foi benfazeja: mais ocupações e menos desemprego.

Tabela 13: Distribuição da participação no mercado de trabalho de jovens, segundo etapa de ensino, Brasil, 2006 e 2013, em %.

	2006		
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo
Taxa de Participação	59,3	59,6	81,3
Taxa de Ocupação	50,9	47,4	70,0
Taxa de Desemprego	14,2	20,5	13,9
	2013		
	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo
Taxa de Participação	49,6	51,0	78,0
Taxa de Ocupação	42,1	42,7	69,4
Taxa de Desemprego	15,0	16,3	11,1

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 13 apontam queda na participação para jovens

de todas as etapas de ensino, mas verifica-se que a queda foi inferior para jovens com Ensino Médio completo. Do mesmo modo, a taxa de ocupação sofreu queda ao longo dos sete anos da pesquisa. Contudo, a queda na ocupação dos jovens com Ensino Médio completo foi inferior à daqueles das outras etapas. Por fim, a taxa de desemprego de jovens com Ensino Fundamental incompleto foi a única a apresentar elevação. A taxa de desemprego de jovens com Ensino Fundamental completo e Médio incompleto, assim como a dos que tinham Ensino Médio completo, diminuiu. Esses resultados apontam melhores condições dos jovens com mais anos de escolaridade, principalmente para aqueles com certificado de Ensino Médio. Por outro lado, constata-se a maior desvantagem dos que têm menos anos de estudo. Essas informações confirmam que a escolaridade é uma vantagem para a inserção no mercado de trabalho.

A fragilidade dos jovens com Ensino Fundamental incompleto pode ser compreendida pela reflexão de Ribeiro (2017), segundo a qual, quanto maior o número de trabalhadores educados, mais os indivíduos são instados a investir em educação para preservar sua posição quanto maior. Pois, com a elevação do nível de escolaridade da população, é maior a probabilidade de os empregadores selecionarem candidatos mais escolarizados.

O cotejo das informações da Tabela 13 com as das Tabelas 6 e 8, sobre desigualdades na conclusão das etapas de ensino para pretos e pardos e jovens com menores rendimentos, permite deduzir que os obstáculos para o acesso desses grupos aos estudos impactam negativamente na forma de participação no mercado de trabalho. Isso porque fica evidente que a conclusão do Ensino Médio é crucial para garantir alguma estabilidade para o jovem trabalhador. Aqui se deve frisar que esse argumento é apropriado para o caso do jovem trabalha-

dor no masculino. No caso das jovens trabalhadoras, a escolaridade não produz o mesmo efeito, patenteando a discriminação contra as mulheres, que inibe o efeito da escolaridade como distinção contra a vulnerabilidade.

Tabela 14: Evolução da qualidade do emprego, segundo faixa etária, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
15-17	272,3	460,2	87,0	76,6
18-24	659,7	939,3	52,6	38,1
25-29	1.025,5	1.336,0	43,2	32,4

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 14 ratificam a fragilidade a que os jovens de 15 a 17 anos estão sujeitos no mercado de trabalho, já revelada na Tabela 7. Isso porque os rendimentos desse grupo são muito inferiores aos dos outros dois, apesar da evolução constatada em 2013. Do mesmo modo, a taxa de informalidade desse grupo também era superior. A proibição do emprego regular para menores de 16 anos certamente contribui para essa vulnerabilidade. A última faixa etária, daqueles entre 25 e 29 anos, era a mais bem remunerada. Vale destacar que a média da remuneração desse grupo era superior à média geral da remuneração do Brasil. Isso se deve, entre outros motivos, pela maior qualificação desses indivíduos.

A queda na taxa de informalidade de todos os grupos ilustra as observações de Mattos (2015) sobre o movimento de formalização dos postos de trabalho criados e de elevação do poder de compra dos rendimentos do trabalho no período desse ciclo de curta pujança da

economia nacional. Baltar e Leone (2015) argumentam que, mais do que expansão da ocupação dos jovens no mercado formal, o que teria ocorrido é a formalização de emprego nos estabelecimentos onde eles já trabalhavam.

Tabela 15: Evolução da qualidade do emprego segundo sexo, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
Homem	825,6	1.137,2	51,6	39,3
Mulher	684,9	978,1	52,9	37,6

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

As informações da Tabela 15 complementam e revigoram os dados das Tabelas 4 e 8, os quais sinalizam a discriminação contra as jovens do sexo feminino no mercado de trabalho. Os empregadores valorizam a escolaridade, premiando com melhores rendimentos os trabalhadores mais qualificados. Porém, as mulheres são penalizadas com rendimentos inferiores aos homens, apesar de seus superiores índices de escolaridade. Constata-se que os rendimentos masculinos eram superiores à média nacional e, a taxa de informalidade, inferior à média, traduzindo a desigualdade de gênero nas formas de inserção no mercado de trabalho.

Bruschini (2007) expõe o fato de que o crescimento da atividade feminina nas últimas décadas tem sido constante. Não obstante, a forma de inserção da média das mulheres no mercado de trabalho brasileiro se caracteriza pela precariedade. A autora informa o predomínio da ocupação nos empregos domésticos ou em atividades não remuneradas ou em trabalho na produção para consumo próprio ou do grupo

familiar. Além disso, as mulheres estão mais suscetíveis ao desemprego.

No caso das mulheres que concluem Ensino Superior, essa autora explica a predominância da escolha de áreas de conhecimento tradicionalmente tidas como femininas, como educação, área de bem-estar etc. Essas profissões costumam ser menos bem remuneradas do que aquelas tidas como tipicamente masculinas. Bruschini ainda acrescenta que, nas profissões mais comumente atribuídas aos homens, o ingresso da média das mulheres, não raramente, se daria em condições mais vulneráveis.

Tabela 16: Evolução da qualidade do emprego, segundo raça e cor, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
Branco	937,7	1.253,0	44,4	32,0
Preto/Pardo	600,4	910,4	59,8	44,4

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Os dados da Tabela 16 exprimem a inquestionável desigualdade que afeta os jovens trabalhadores pretos e pardos em oposição aos jovens trabalhadores brancos. Apesar da evolução nos rendimentos dos dois grupos, assim como a queda na taxa de informalidade, as condições dos jovens brancos eram sempre mais positivas. Os rendimentos dos jovens brancos estavam acima da média do país, em oposição aos dos pretos e pardos, abaixo da média. Em 2006, mais da metade da força de trabalho preta e parda se inseria no mercado informal. Apesar da amenização desse dado, quase metade desse grupo se mantinha na informalidade.

Tabela 17: Evolução da qualidade do emprego por renda, Brasil, 2006 e 2013

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
1º quintil	241,12	280,1	68,4	63,1
5º quintil	1.558,7	1.646,0	32,9	25,3

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

Na Tabela 17, as informações reiteram o quadro de desigualdade que marca a sociedade brasileira, inclusive em períodos econômicos positivos para os trabalhadores. Isso porque a distância dos rendimentos do trabalho entre os jovens com 20% menores rendimentos em relação aos jovens com 20% maiores rendimentos é abissal. Em 2006, a média da remuneração dos jovens com menores rendimentos correspondia a pouco mais de 10% da média da remuneração dos com maiores rendimentos. Em 2013, a remuneração dos mais pobres correspondia a aproximadamente 17% dos rendimentos dos mais ricos. Constata-se elevação no rendimento dos mais pobres, mas não parece possível concluir que houve queda significativa na violenta desigualdade nos rendimentos do trabalho que separa os mais ricos dos mais pobres.

Os dados da Tabela 18 não deixam dúvidas sobre o valor atribuído ao mercado de trabalho para a escolaridade. Os rendimentos dos jovens que não haviam concluído o Ensino Médio eram bem inferiores aos dos que haviam concluído. Somente os jovens trabalhadores com Ensino Médio completo obtiveram rendimento acima da média nacional.

Reis (2015) estudou a transição do desemprego para o primeiro

Tabela 18: Evolução da qualidade do emprego por escolaridade, Brasil, 2003 e 2016

	Rendimentos		Taxa de Informalidade	
	2006	2013	2006	2013
Brasil	768,2	1.070,1	52,1	38,6
Fundamental incompleto	448,2	689,7	74,4	64,7
F. compl. e médio inc.	563,9	787,9	60,3	49,3
Médio completo	1.074,49	1.292,9	34,1	27,1

Fonte: PNAD/IBGE, Elaboração IPEA.

emprego por meio do acompanhamento de quatro edições sucessivas da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, entre 2006 e 2012. Ele constatou que metade dos jovens que procurava o primeiro emprego estava na escola e, desses, apenas 12% foram absorvidos pelo mercado formal de trabalho, sendo que dois terços dos jovens ingressaram no informal. Segundo o autor, a escolaridade aumenta a probabilidade de o jovem sair do desemprego, principalmente para os que já contam com experiência de trabalho. Para os jovens sem experiência, o estudo se torna muito importante. Os jovens com menos anos de estudo aguardam mais tempo para conquistar um posto no setor formal. Reis explica que os jovens com menos anos de estudo transitam do desemprego para empregos informais, temporários e de período parcial. A inserção precoce de jovens de baixa renda estimularia o abandono dos estudos e, assim, explica Reis, fortaleceria a reprodução do ciclo de inserção precária no trabalho e baixo rendimento.

De modo geral, os dados de todas as tabelas apontam o inquestionável progresso dos jovens trabalhadores de ambos os sexos, cor e raça e renda no período positivo da economia brasileira. Contudo, as vantagens desse progresso foram suficientemente frágeis para não permitirem a superação do quadro de desigualdades que afeta as jovens

mulheres, os pretos e pardos e os mais pobres.

Pochmann (2012) e Comin (2015) explicam que as atuais desigualdades no mercado de trabalho do país guardam conexões com estruturas sociais ainda não superadas do período anterior à urbanização na década de 60. As estruturas do período agrário, informadas pelos tempos da colonização e da escravização, teriam contaminado o modo como se deu a modernização da economia brasileira. Comin (2015) expõe o movimento de expulsão de massas de trabalhadores rurais com pouca ou nenhuma escolaridade para os centros urbanos, compondo um exército disponível para a inserção em posições frágeis como trabalho doméstico, comércio ambulante, ocupações braçais, informais etc. Pochmann (2012) destaca que o avanço do capitalismo no Brasil, com a passagem da sociedade agrária para a urbano-industrial, se ancorou num modelo de economia com baixos salários, com a manutenção da existência de atividades servis, como o trabalho doméstico para os grupos de alta renda. O modelo de desenvolvimento adotado fomentou a existência de um exército que pressionou para baixo os rendimentos no limitado mercado formal. Comin (2015) conclui que o crescimento econômico é relevante para a redução da desigualdade, porém, não condicionante. Isso porque o modelo de crescimento adotado pode – ou não – dar prosseguimento a uma ordem pré-industrial desigual. No caso brasileiro, o processo de industrialização, urbanização e desenvolvimento da economia capitalista não rompeu com o modelo de concentração de renda e desigualdade social da antiga ordem agrária, como bem se reflete na vulnerabilidade que define as relações de trabalho de ampla população de brasileiros.

Esse movimento de urbanização nas décadas de 60 e 70 foi marcado pelo intenso crescimento, com impressionante geração de postos de trabalho, ocupando boa parte dos migrantes oriundos das áreas

rurais. A indústria absorveu muitos deles, mas uma massa de trabalhadores se manteve em ocupações precárias, no mercado informal. Na primeira metade da década de 80, o crescimento desacelerou, provocando queda nos rendimentos do trabalho, retração na criação de postos, elevação de desemprego e alta informalidade (POCHMANN, 2012). A partir da década de 90, houve avanço na crise econômica e perda de liderança da indústria de transformação como empregadora para o setor terciário, com intensificação da precarização dos vínculos trabalhistas. Em contraste, a partir de 2004, a economia do país retomou o crescimento. Mattos (2015) ilustra a pujança do período de 2002 a 2013, com taxa de 17 milhões de empregos criados, forte formalização dos vínculos empregatícios – garantindo maior proteção aos trabalhadores, aumento real dos rendimentos e redução da desigualdade da renda do trabalho. Contudo, Pochmann (2015) relata que a maioria dos postos de trabalho criados no período se deu no setor terciário, ocupando trabalhadores com Ensino Médio completo e remunerando, na média, pouco mais de um salário mínimo.

Pauli *et al* (2012) analisaram as transformações ocorridas no mercado de trabalho no país a partir dos anos 1980. Segundo esses autores, as alterações macroeconômicas provocaram mudanças relevantes na demanda por trabalhadores. A abertura da economia, iniciada nos anos 1980, provocou a desindustrialização do país. Desse modo, os empregos no secundário diminuíram. Em oposição, cresceram os empregos no setor terciário. Nesse processo, a média das remunerações dos trabalhadores foi reduzida.

Concomitante às alterações macroeconômicas, houve avanço no nível da oferta de escolarização dos trabalhadores brasileiros, principalmente nos níveis intermediários, ou seja, Ensino Fundamental e Médio completo, como completam esses autores. Todavia, as mu-

danças estruturais não provocaram a expansão na demanda por esse contingente de trabalhadores com mais escolaridade. E, apesar da elevação dos anos de estudo da força de trabalho, os rendimentos sofreram queda entre 1998 e 2006. Esses autores concluem, então, que o aumento da escolaridade dos trabalhadores, por si só, não provoca efeitos na dinâmica do mercado de trabalho.

Os argumentos de Pauli *et al* (2012) permitem refletir sobre o fato de que os investimentos públicos e individuais na melhoria da educação dos trabalhadores não foram acompanhados por movimentos no setor produtivo, voltados para um modelo de crescimento que englobasse a demanda por trabalhadores mais escolarizados e produtivos.

No caso específico do período de ouro da economia brasileira, Mattos (2015) explana que, entre 2002 e 2013, a ocupação na indústria de transformação caiu, entre outras razões, devido à competição externa, mais especificamente da produção asiática, que estimulou a importação em detrimento da produção interna. Por outro lado, houve expansão no terciário, responsável pela geração de postos de trabalho em empregos de baixo rendimento.

Os movimentos macroeconômicos e, especificamente, no mercado de trabalho, apresentados pelos autores acima, levam à constatação de que a ampliação das oportunidades de escolaridade – embora limitada – ocorrida na primeira década do século XXI não seria capaz de alterar as profundas desigualdades históricas do mercado de trabalho no país. Para tanto, seria necessário – concomitante à elevação da escolaridade dos trabalhadores – a construção de um projeto de crescimento sustentado, voltado para absorver trabalhadores com maior qualificação. Como explica Carvalho (2018), o crescimento econômico ocorrido no país entre 2006 e 2010 se caracterizou por um tipo de consumo que favoreceu a expansão de setores que exigiram mão

de obra menos qualificada. O fato é que com o fim do período positivo da economia, os trabalhadores desses postos criados na pujança econômica se converteram nos primeiros demitidos. Com a recessão, as desigualdades que afetam, sobretudo, as mulheres, os mais pobres e os pretos e pardos se intensificaram.

Conclusão

A análise dos dados apresentados permite constatar a evolução positiva das formas de inserção no mercado de trabalho dos jovens brasileiros no curto período de crescimento econômico entre a primeira década e a metade da segunda década do século XXI. Contudo, essa evolução se ancorou em bases muito precárias, insuficientes para transformar valores que orientam a estrutura social brasileira. Essa fragilidade pode ser constatada ao longo do período de pujança, uma vez que, apesar da melhoria no acesso à educação e na criação de novos postos de trabalho, manteve-se a imensa distância no acesso às etapas mais adiantadas do ensino e no valor da remuneração do trabalho entre alguns grupos. Com o acirramento da crise econômica, a partir de 2014, o desemprego e a contração no valor dos rendimentos afetou os trabalhadores brasileiros em geral, mas, de forma mais contundente, prejudicou os jovens, principalmente do sexo feminino, pretos e pardos e mais pobres.

O conhecimento sobre como se deu a reprodução das desigualdades durante o período positivo da economia permite entender como as vantagens para as minorias são sempre inferiores às obtidas pelos jovens do sexo masculino, branco e com maior renda.

O acesso ao ensino se revelou importante para garantir condições menos vulneráveis no mercado de trabalho. Porém, na ausência de um projeto de desenvolvimento que incorpore verdadeiramente o ganho de produtividade dos jovens trabalhadores, percebe-se que a criação de postos de trabalho se concentra em setores com pouca sustentabilidade. O investimento estatal e individual dos jovens em educação se perde diante da ausência de criação de postos de trabalho que utilizem essa qualificação e, num primeiro sinal de crise, os empregos dos novos incluídos se desvanecem. Isso porque não parece haver compromisso com a superação das desigualdades de sexo, cor e renda que organizam as relações sociais no país. Em tempos de crescimento ou de crise, as formas de inserção no mundo da escola e do trabalho do grupo de homens, brancos e com maior renda é sempre mais positiva do que a de mulheres, pretos e pardos e com menor renda. A hegemonia do grupo dos jovens brancos, com renda mais elevada se desnuda diante da desigualdade em relação às formas de ocupação das jovens mulheres. Isso porque a educação pode operar como credencial para explicar desigualdades nas formas de ocupação dos jovens do sexo masculino branco e com melhores rendimentos em relação aos jovens do sexo masculino, pretos e pardos e os com menores rendimentos. Em oposição, na comparação com as jovens do sexo feminino, essa credencial perde seu valor. A versatilidade da educação como credencial manifesta que, mais do que diferenças, trata-se de processos de discriminação.

Como apontam estudos sobre o transcurso histórico da modernização da economia brasileira, ainda falta transpor a ordem desigual e hierárquica. Resta explorar as consequências das profundas alterações promovidas na legislação trabalhista em 2018, que restringiram as proteções antes garantidas legalmente ao trabalhador formalizado.

Ou seja, talvez as faces da desigualdade estejam, hoje, ainda mais violentas.

Referências

ANDRADE, Cibele Yahn de; DACHS, José Norberto. Acesso à educação por faixas etárias segundo renda e raça/cor. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, n. 131, p. 399-422, mai/ago 2007.

BALTAR, Paulo; LEONE, Eugênia. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. *Estudos Avançados*, v. 29, n. 85, p. 53-67, 2015.

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. Os determinantes da desigualdade no Brasil. *Texto para discussão*, n. 377. Rio de Janeiro: IPEA, julho de 1995.

BRUSCHINI, Maria Cristina A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. *Cadernos de pesquisa*, v. 37, N. 132, p. 537-72, set/dez 2007.

CAMPANTE, Filipe R.; CRESPO, Anna R.; LEITE, Phillippe G. P. G. Desigualdade salarial entre raças no mercado de trabalho urbano brasileiro: aspectos regionais. *Rev. Bras. Econ.*, v. 54, n. 2, p. 185-210. 2004.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. SP: Todavia, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni. *Juventude e políticas no Brasil*. Texto para Discussão n. 1335. Brasília: IPEA, 2008.

COMIM, Álvaro. Desenvolvimento econômico e desigualdades no Brasil: 1960-2010. In: ARRETCHE, Marta (org.) *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. SP: Ed. Unesp; CEM, 2015.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Maíra A. P. *Inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro: evolução e desigualdades no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

CORSEUIL, Carlos Henrique *et al.* *Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre jovens*. Mercado de Trabalho 64. Nota

Técnica. Brasília: IPEA, 2018.

COSTA, Joana; Organização Internacional do Trabalho (OIT), Escritório Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). *Educação dos jovens brasileiros no período 2006-2013*. Brasília: OIT, 2015.

FERREIRA, Mônica Dias Peregrino. Juventude, escola e trabalho: uma aproximação necessária. *Boletim CEDES*, v. 35, p. 1-7, 2014.

HASENBALG, Carlos H.; VALLE SILVA, Néelson do. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. *Cad. Pesq.* n. 73, p. 5-12, 1990.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça, interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, Revista de Sociologia da USP. v. 26, n. 1, p. 61-73, 2014.

MADEIRA, Felícia Reicher. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.) *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 139-170, 2006.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Avanços e dificuldades para o mercado de trabalho. *Estudos Avançados*, n. 29, v. 85, p. 69-85, 2015.

PAUKI, Rafael C.; NAKABASHI, Luciano; SAMPAIO, Armando Vaz. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. *Revista de economia política*. v. 32, N. 3, p. 459-478, jul/set 2012.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil contemporâneo. *Estudos avançados*, v. 29, n. 85, p. 7-19, 2015.

REIS, Maurício. Uma análise de transição dos jovens para o primeiro emprego no Brasil. *REB*, Rio de Janeiro, n. 69, v. 1, p. 125-143, Jan/Mar, 2015.

RIBEIRO, Marcelo Gomes. Desigualdade de renda: a escolaridade em questão. *Educ. Soc.*, v. 38, n. 138, p. 169-188, 2017.

SAUL, Renato. As raízes renegadas do capital humano. *Sociologias*. v. 5, n. 12, p. 230-73, 2004.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. *Estudos feministas*, n. 17, v. 3, p. 909-920, set/dez 2009.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*. v. 11, n. 2, p. 137-48, 2010.

Resumo:

Este artigo discute formas de inserção e escolaridade de jovens brasileiros entre os anos de 2006 e 2013. O objetivo é investigar mecanismos de reprodução da desigualdade de gênero, raça e de renda, num período positivo da economia para os trabalhadores, por meio das diferenças nas formas de inserção no mercado de trabalho de diferentes grupos de jovens. A metodologia adotada analisou dados secundários produzidos pelo IPEA e OIT a partir da pesquisa por amostragem do IBGE. O período estudado permite identificar processos de renovação da desigualdade, apesar da ampliação de acesso ao ensino e da criação de novas vagas no mercado de trabalho. Os resultados revelam processos de desigualdade que prejudicam jovens pretos e pardos e os de menor renda, com dificuldade de acesso ao ensino e com inserção precária no mercado de trabalho, as jovens trabalhadoras, por sua vez, apesar dos elevados anos de estudo, se inserem em posição mais frágil que homens.

Palavras-chave: Juventude; Mercado de Trabalho; Desigualdade; Raça; Gênero

Abstract:

This study investigates schooling and employment of Brazilian youth between the year 2006 and 2013. The objective is to understand mechanisms that allow the perpetuation gender inequalities, race and classes inequalities in a positive period of the Brazilian economy. Some youth groups have been occupied in precarious jobs, despite the expansion of access to education and low unemployment rates. The methodology used was the study of secondary data from IBGE. Findings show the maintaining of inequalities. Women youth had more years of study but their jobs were more precarious than boys' jobs. Young poor and blacks could not study as white and rich men and they had precarious jobs.

Keywords: Youth; Labor market; Inequalities; Race; Gender.

Recebido para publicação em 23/01/2019.

Aceito em 15/08/2019.